

A APEL está oferecendo aos seus associados, apoio para a preparação da declaração de renda 2013.

Os interessados deverão ligar para a secretaria (2263-2707) e agendar um horário para atendimento, às segundas e sextas feiras.

página 03



As Mudanças das Taxas Atuariais

Nada houve de novo aplicável a 2012, nem a Previc vai cobrar das entidades. Os relatórios de controle e os estudos de aderência no tocante ao ano passado são os normalmente previstos nas normas já existentes e são aqueles que sempre precisaram ficar guardados à disposição da fiscalização. As coisas só começam a mudar no exercício de 2013 – quando a taxa de desconto começa a cair 0,25% ao ano, saindo de 6% para chegar a 4,5% em 2018 – e essa mudança deve estar orientada por quatro ideias centrais aplicadas à condução da política atuarial: ações conscientemente planejadas, plenamente integradas com as práticas de governança, transparentes para todos os atores interessados (patrocinadoras/ instituidores, participantes e fiscalização) e com visão de futuro. Este pode ser um claro resumo dos pensamentos expostos pelo Diretor de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Edevaldo Fernandes da Silva (FOTO), ao falar em São Paulo, no seminário **Aspectos Atuariais em Cenário de Mudanças**, promovido pela Abrapp e Previc, presentes mais de uma centena de dirigentes de fundos de pensão, atraídos principalmente pela oportunidade de obter mais esclarecimentos sobre a próxima normatização das Resoluções CNPC 9 e 10.

Na mesma defesa de uma visão de futuro, o Vice-presidente da Abrapp, José Ribeiro Pena Neto, salientou que “devemos olhar o horizonte e não a janela”. Ele também elogiou a demonstração que a Previc também elogiou de sua capacidade não apenas de dialogar, mas de incorporar ideias colocadas por dirigentes no mesmo seminário promovido no Rio. Por sua vez, o Superintendente-geral da Abrapp, Devanir Silva, chamou a atenção para uma indesejada elevação dos custos para as entidades, derivadas da tentativa de alguns prestadores de serviço de cobrar a mais, embora os estudos de aderência para atender à Resolução CNPC 9 não constituam de forma alguma um trabalho novo. Edevaldo concordou inteiramente, no caso daquelas entidades que possuam informações e controles de uma qualidade normalmente encontrada no sistema.

Aderência e adequação devem ser preocupações permanentes das entidades, independentemente de estarem ou não encaminhando à Previc solicitação especial para manterem-se em 2013 com uma taxa de juros acima de 5,75% e abaixo de 6%. Esta, sublinhou Edevaldo, deve ser uma rotina sempre seguida, envolvendo todos os colegiados do fundo de pensão, sendo compartilhada por diretoria e conselhos.

Questionado por uma pergunta vinda da platéia, Edevaldo continuou observando que qualquer entidade segura de que esse deva ser o caminho pode propor um corte em seus juros além dos 0,25% anuais que estão na norma. O fundamental, disse, é que tal procedimento esteja fundamentado em estudos muito bem feitos e a nova realidade seja cuidadosamente informada aos participantes, que não podem ser surpreendidos por uma mudança abrupta do cenário. Estes devem poder se preparar, inclusive sendo alertados para a possibilidade de ser ou não conveniente em um ou outro caso a antecipação do momento da aposentadoria. “Para alguns ativos talvez não seja conveniente esperar a taxa chegar até os 4,5%”, notou o Diretor da Previc.

Resolução CGPC 26 – Edevaldo explicou que a discussão visando à elaboração de uma nova norma ou a atualização da Resolução CGPC 26 “está na agenda deste ano”. Previu que entrará na pauta do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) já em março próximo, para uma finalização do assunto ainda em 2013. Ele antecipou que já há consenso em torno da necessidade de um prazo maior para adequação de eventual déficit que as entidades estejam registrando. “Dois anos é curtíssimo prazo”, reconheceu.

Tábua brasileira - O Brasil ainda precisa avançar na elaboração de tábuas (as existentes não devem simplesmente ser aplicadas às massas das entidades, uma vez que ainda não captam com mais fidedignidade às realidades populacionais do País) e a Previc tem o maior interesse em fazê-lo, disse Edevaldo. “Podemos começar em 2013 para talvez concluir o trabalho em 2015”.

Visão do mercado – O atuário Fernando Gazzoni, diretor presidente da Gama Consultores Associados e um dos expositores no seminário, após fazer uma cuidadosa análise das novas Resoluções CNPC 9 e 10, observou que os efeitos da redução dos juros sobre os benefícios futuros tornam ainda mais dramática a necessidade de fomentarmos a educação financeira e previdenciária, para que os participantes tenham uma melhor ideia sobre qual pode ser esse impacto e como se preparar para eles. Observou que a comunicação com os ativos e assistidos deve levar em conta a especificidade dos planos administrados pela entidade, uma vez que as consequências serão diferentes em cada caso. Gazzoni ressaltou a importância de termos padrões de aferição e teste de aderência às diretrizes atuariais, mas sem engessamentos. Sublinhou que todos os planos serão de modo geral afetados pela redução da taxa de juros, só que alguns mais e outros menos, mas sempre em função de como estão estruturados em termos de hipóteses atuariais, adequação de seus ativos, maturidade do plano e perfil de seus participantes.

Enfatizou que a comunicação aos participantes deve ser transparente e cuidadosa e, especialmente, adequada ao plano, porque “não é recomendável generalizar os efeitos da redução dos juros”, comentou o atuário, persuadido de que “aquilo que afeta um plano necessariamente não se manifesta da mesma forma e intensidade em outros”. As entidades, disse mais, precisam estar com certeza atentas ao momento certo de informar uma eventual elevação da contribuição ou redução do benefício. A respeito da normatização da Resolução CNPC 10, manifestou-se no sentido de que o CNPC não deve tardar a fazê-lo.

Matéria oriunda do Diário dos Fundos de Pensão de 25.02.2013
“ATUÁRIA: As Mudanças Bem Explicadas”

<http://sistemas.abrapp.org.br/diario/>

FUNDOS DE PENSÃO

Riscos do “Fogo Amigo”

(Reversão de Valores, Retirada de Patrocínios e Extinção de Planos)

A espetacular expansão nas taxas de longevidade, fruto da excelência na evolução científica /tecnológica, evidência os novos desafios das políticas públicas refletidos nas questões mais relevantes da Seguridade Social – Assistência, Saúde e Previdência. Nesse ambiente, os idosos /aposentados não desejam ter sua imagem associada apenas à figura do “bom velhinho”, simpático e dócil, digno de pena e comiseração da sociedade, mas de seu respeito, dignidade e justiça, devidos a um dos agentes com atuação permanente em todos os espaços de relações da População Economicamente Ativa – PEA, como efetivo contribuinte na produção e no consumo. Assim, pleiteiam seu espaço de real protagonista nos debates/decisões das questões previdenciárias, pois ao gosto do mercado, estes quase 20 milhões de brasileiros movimentam o maior orçamento do país e suas Entidades Fechadas (Fundos de Pensão), um patrimônio capitalizado relativo a mais de 20% do PIB Nacional, gerando ambições e cobiças.

Entretanto, os órgãos criados para preservar e incrementar este setor, vez por outra, põem em risco a própria sobrevivência/evolução da previdência privada, podendo provocar até mesmo colapso nesse mercado de captação da poupança nacional e investimentos para o desenvolvimento econômico.

Vale dizer, os normativos do CNPC - Conselho Nacional de Previdência Complementar e da SPPC - Secretaria da Previdência Privada e Complementar, do Ministério da Previdência, (órgãos criados para regular/fiscalizar a previdência privada no país), via de regra, fracassam em suas relevantes funções estratégicas para estabilizar e expandir esse segmento.

É evidente que os atos e medidas nesse setor envolvem aspectos fundamentais para o desenvolvimento nacional e segurança econômica dos trabalhadores, exigindo especial empenho, dedicação e eficácia desses órgãos reguladores, e em especial de seus gestores, não podendo abdicar da filosofia de justiça social, moral e ética devidas às políticas públicas, aliada ao saber técnico, lógico e consistente, mas sempre respaldado nos preceitos legais. A falta desses princípios pode levar à derrocada dos planos de Previdência Complementar, em face do desestímulo dos participantes em neles ingressar ou permanecer, bem como incentivo às empresas a negarem /retirarem seus patrocínios.

Vários são os exemplos recentes de normativos equivocados na regulamentação da Previdência Complementar gerando incertezas e riscos à continuidade dos planos e aos compromissos contratados (custeio de benefícios e sua gestão, despesas legais e seus institutos - portabilidade, resgates, etc). Isto é, tais medidas facilitadoras das Retiradas de Patrocínios e reversão de valores para seus mantenedores – patrocinadores, participantes e assistidos, tendem a desvincular /afastar empresas e empregados levando planos à insolvência e extinção.

Prof. José Francisco de Souza
(Presidente da ASASTEL)

Por
on
anda...



...a Veronica ?

Durante a segunda guerra mundial, os pais da Verônica (Eliette Veronica Werner Richter) vieram para o Brasil; Juiz de Fora foi seu primeiro destino, estabelecendo-se depois no Rio de Janeiro, onde ela nasceu. Sua mãe era de Frankfurt, na Alemanha; seu pai, nascido em um vilarejo perto da cidade de Cracóvia, na Polônia, que naquela época fazia parte do Império Austro-Húngaro. Seu pai, médico com grande vocação e formado em Berlim, não pôde exercer a profissão no Brasil, por não ter revalidado o diploma. A Verônica explica que este fato, na opinião da sua mãe, o teria deixado muito frustrado, e a maneira que ele encontrou para manter-se inserido no meio médico, foi fundar uma empresa de importação e exportação de material médico-hospitalar.

Filha única e neta única, quando a Verônica tinha vinte anos de idade seus pais vieram a falecer, no mesmo ano em que se casou.

Em 1967 o Dr. Mario Penna Bhering, recém empossado como presidente da Eletrobrás, procurava uma secretária bilingüe. A Verônica, que estava na empresa há um ano como contratada, foi indicada para a função, por ser a única secretária na empresa que falava inglês. Após uma longa entrevista, ele concluiu que o conhecimento que ela tinha da língua era bom. Como era muito jovem para o cargo, ele disse que correria o risco de admiti-la e alertou-a de que ela teria que mostrar sua capacidade para vencer o desafio. Eram tempos difíceis, quando a Verônica, que já era mãe de sua única filha então com seis meses de idade, ocupava dois empregos: na Eletrobras de 9 às 18 horas, e na Radional (ex-ITT) de 18:30 às 24 horas.

A Verônica diz que foram nove anos de convivência e aprendizado com o Dr. Mario, por quem ela – como aliás todos que o conheceram – sentia grande admiração: era um homem simples, sensível, de caráter; sempre que entrava na sala dele, conversavam não apenas sobre trabalho, ele tinha interesse por assuntos diversos, inclusive mais amenos como livros e arte, e ela sempre aprendia alguma coisa.

A Verônica ressalta que a gestão do Dr. Mario marcou-a porque o seu primeiro período na presidência da Eletrobras correspondeu à época do Brasil grande, em que tudo dava certo, recursos não faltavam e foram feitos investimentos expressivos e construídas grandes usinas. O principal fator à frente de todo esse desenvolvimento era o Dr. Mario, com seu grande espírito de liderança. Além disso, sua preocupação com o bem estar dos empregados levou-o a criar a Assessoria de Bem Estar que mais tarde daria lugar à Eletros.

A Verônica diz que ainda acompanhou na Eletrobras os presidentes Antônio Carlos Magalhães, Arnaldo Rodrigues Barbalho, Mauricio Schulman, José Costa Cavalcanti, novamente Mario Penna Bhering, e por último José Maria Siqueira de Barros. Segundo seu testemunho, eles apresentavam personalidades bem diferentes uns dos outros. Apesar de sempre ter colocado seu cargo à disposição de cada um deles, todos a mantiveram na função.

E por onde anda a Veronica?

A APEL foi ouvi-lo.

Depois de sua aposentadoria em 1992, após trinta anos de serviço, a Verônica trabalhou numa agência de viagens por dois anos e na representação do Banco da Austrália e da Nova Zelândia por mais quatro anos.

Durante toda a vida manteve contato com sua família na Alemanha. Avó de um adolescente, atualmente está casada com um alemão e mora em Friburgo, cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro. Dedica-se à leitura, cinema, teatro, tem aulas de pintura e curte a convivência com um grande círculo de amigos que formou depois que se mudou para aquela cidade.

Ela diz que o que mais aprecia na vida “pós trabalho” é o fato de não “ter-que” mais nada. Nada mais é obrigatório, os compromissos podem ser adiados se necessário e ela pode desfrutar de total liberdade para gerenciar seu tempo.

**Por Mirian Rissin &
Suzana Junqueira de Andrade Oliveira**

Documentos e Informações Para Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2013.

1. VENDAS E COMPRAS EM 2012:

- 1.1-De carros: Cópias dos recibos de compra e vendas efetuadas;
- 1.2-De imóveis: Cópias das escrituras de promessa e compra e venda, cessão ou Formal de Partilha;
- 1.3-De cotas de capital: cópias de contrato social, alteração contratual, compra cessão ou subscrição de cotas de capital e ações;

2. EXTRATOS CONSOLIDADOS DE SALDOS BANCÁRIOS EM 31/12/2012:

- 2.1-De contas correntes;
- 2.2-De cadernetas de poupança;
- 2.3-De aplicações financeiras;
- 2.4-Cópias de contratos de Financiamentos Habitacionais ou Empréstimos Bancários;

3. RENDIMENTOS AUFERIDOS DURANTE 2012:

- 3.1-Retiradas Pró - Labore ou de Lucros Recebidos, fornecidos pelas empresas pagadoras;
- 3.2-Informe de rendimentos de salários e pensões fornecidos por empregadores, fundações e INSS;
- 3.3-Relações de aluguéis recebidos, com nome e CPF dos locatários e endereço dos imóveis e comissões pagas as administradoras. Os aluguéis recebidos de pessoas físicas devem ser relacionados mensalmente e os recebidos de pessoas jurídicas podem apresentar o total anual, com CNPJ do locatário e IMPOSTO RETIDO NA FONTE;
- 3.4-Aposentadorias, incentivos à aposentadoria, Fundo de Garantia Recebido, Seguros de Vida ou qualquer tipo de seguro recebido ou indenização trabalhista; nº benefício INSS na falta do informe;

4. OUTROS RENDIMENTOS:

- 4.1-Extratos da Bolsa de Valores referentes compras e vendas de ações em 2012, bem como o saldo em 31/12/2012-dados mensais

de quantidades, data do pregão, nome dos ativos, custo unitário, total pago ou recebido e comissão de corretagem, líquido pago ou recebido;

- 4.2-Comprovantes de rendimentos de serviços prestados como autônomo ou profissional liberal;

- 4.3-Qualquer outra fonte de renda – precatórios, processos trabalhistas, etc., citando numero de meses recebidos;

5. DESPESAS EFETUADAS EM 2012:

- 5.1-Comprovantes de pagamentos a médicos, dentistas, planos de saúde, pensão alimentícia, colégios do declarante e dependentes. Todos os recibos devem apresentar o nome completo e CPF/CNPJ de quem recebeu, sendo necessário informar, ainda, os reembolsos recebidos dos planos de saúde;

- 5.2-Comprovantes dos pagamentos de comissões a administradores e corretores de imóveis;

- 5.3-Comprovantes de pagamentos à Previdência Social (INSS) e Previdência Privada;

- 5.4-Comprovantes de pagamentos, de cada dependente, a colégios e faculdades, com CNPJ das instituições de ensino;

- 5.5-Nome, CPF, Identificador e pagamentos a empregado doméstico e valor das contribuições para o INSS;

6. IMPOSTOS PAGOS:

- 6.1-DARF's originais dos pagamentos dos carnês Leão (Código 0190) e Mensalão (246) da competência de 2012;

- 6.2-Comprovantes da retenção na fonte de rendimentos do ano (exemplo locação de imóveis a pessoas jurídicas);

7. OUTROS DOCUMENTOS:

- 7.1-Carteira de Identidade;
- 7.2-CPF do declarante, do cônjuge e dos dependentes;

- 7.3-Cópia da última declaração apresentada (disquete CD ou Pen Drive);

- 7.4-Nome completo dos dependentes com data de nascimento e CPF se tiverem;

- 7.5-Número completo do título de eleitor;

- 7.6-Endereço completo, inclusive CEP, telefone, e.mail.

Notas:

- ✓ Ficam dispensados os documentos 7.1 e 7.2 no caso da apresentação de cópia da última declaração do Imposto de Renda;
- ✓ Agendar na APEL com Sheila Tel. 2263-0490 ou 2263-2707 (segundas e sextas 8:30 às 16h) - Outro horário na APEL tratar direto com Luiz Gonzalez Tel. 2521-4411 ou celular 9989-3708 - E. Mail: luizdelamancha@ig.com.br



Av. Rio Branco

Melchior Tavares de Alcântara

Em 1904, quando o prefeito era Pereira Passos, o Rio de Janeiro passou por varias modificações em seu aspecto urbanístico.

Segundo alguns o modelo visado era a cidade de Paris com suas belas avenidas e bulevares. Um dos responsáveis por esta tarefa foi o Eng. Paulo de Frontin. Este engenheiro ficou conhecido, quando pouco depois de 1880, participou de uma concorrência para resolver o problema da falta d'água na cidade.

Conforme o edital da obra o governo fixou um prazo de 30 dias para a conclusão da tarefa.

Paulo de Frontin na sua proposta, comprometeu-se a executar a tarefa em 6 dias, trabalhando, neste período, 24 horas por dia.

A tarefa foi concluída, dentro do prazo, dando um extraordinário prestígio a este engenheiro.

A Av. Rio Branco em seu projeto original teria 50 m de largura, o que acarretaria um custo considerado muito elevado para as desapropriações.

Resolveram então reduzir para 30 m, quando o responsável pelo projeto, solicitou 33 m ao invés dos 30 m

O responsável pela decisão assim se pronunciou: "concordo com 33 m de largura, aliás 33 é a idade de Cristo, está aprovado."

Então a Av Rio Branco tem 33 m de largura, porque 33 é a idade de Cristo.

Com esta decisão o custo das desapropriações foi reduzido, mesmo assim as famílias atingidas foram deslocadas, algumas até para morros, fato este explorado na excelente novela Lado a Lado.

O texto abaixo é continuação do relato escrito pelo nosso colega Luiz de La Mancha, publicado no número anterior do APEL Notícias. Os colegas que desejarem publicar suas

histórias na Eletrobras, no Cepel ou na Eletros devem encaminhar seu material para a APEL, Av. Presidente Vargas, 962, cobertura, ou para o email secretaria@apelonline.com

Primeira Viagem no Cargo de Inspetor

Em julho de 1966, poucos dias após o nascimento da minha filha Márcia, fui designado para um teste de fogo – viajar pelo Ceará. O cargo já começava a prejudicar minha vida familiar, afastando-me da minha filha com poucos dias de vida e do primogênito com pouco mais de um ano de idade.

No cadastro do CNAEE, grande parte das Concessões para a exploração e distribuição de energia elétrica era dos Municípios, cabendo às Prefeituras a responsabilidade pelo precário serviço. Eram operados velhos motores a diesel, ligados das 18 às 21:00 horas. Os roteiros pelo interior eram preparados com base no obsoleto Cadastro do CNAEE.

Os municípios cadastrados que não remetiam informações sobre o faturamento com energia elétrica eram automaticamente selecionados para inspeção. As viagens eram um tiro no escuro energético. Eram grandes as dificuldades dos inspetores pelo interior: estradas de terra, condução irregular, trem Maria Fumaça, Pau de Arara, etc. Muitas vezes chegávamos aos lugares e constatávamos que não havia energia elétrica. As dificuldades para manter a distribuição de energia eram enormes: falta de técnicos para a manutenção dos motores geradores; transporte do óleo combustível (distâncias e condição péssima das estradas); falta de técnicos eletricitistas; de recursos para a instalação e manutenção da rede de distribuição/postes/isoladores; falta de cultura e condições para o faturamento, cobrança, aplicação da legislação do setor; a pobreza dos

moradores do interior. No nordeste muitas pessoas me perguntaram se eu acreditava que a energia de Paulo Afonso chegaria ao Município – sempre respondi, sem convicção, que SIM. Os inspetores da empresa conheceram de perto o que foi o Setor de Energia Elétrica antes da Eletrobras. Foram testemunhas da evolução acontecida a partir da Empresa, seja na geração, transporte e distribuição de energia. Conviveram com Apagões/Racionamentos e luz precária por poucas horas ao anoitecer. A exuberância atual foi uma conquista do Grupo Eletrobras, uma família empresarial, que impulsionou o crescimento elétrico e bem estar deste imenso BRASIL.

Rio/Fortaleza

Não tive tempo para conseguir informações sobre conduta, planejamento, administração do tempo, meios de transporte, ou qualquer outro dado que pudesse facilitar meu desempenho. Tinha idéia de como trabalhar em Fortaleza, mas não tinha a mínima noção de como ir e o que enfrentar no interior. Havia a convicção dos demais inspetores de que eu não encontraria dificuldades.

Comprei roupas de tergal – um terno, 4 camisas, duas calças, 3 pares de meia, 4 cuecas, sapato VULCABRAS, resistente, ultra desconfortável. Um chinelo tipo havaiana, uma lanterna, artigos de limpeza, 2 rolos de papel higiênico, pequena mala e uma pasta “007”. O tergal e nylon eram leves de carregar, fáceis de lavar e secar sem passar a ferro. Comecei levando uma bolsa com enlatados (sardinha, salsichas, biscoitos, pão de forma e um pote de mel) Dependendo das condições, lavava roupa à noite, na certeza de que estariam secas na manhã seguinte.

Comecei minha epopéia num domingo, 14 de julho de 1966. Minha filha Márcia tinha apenas uma semana de vida.

Do Rio a Fortaleza foram em torno de 5 horas, num avião tubo hélice Viscount, 4 motores, operado pela VASP.

Fui orientado a me hospedar em Fortaleza no Hotel Savannah, 4 estrelas, com café da manhã, localizado no Centro da Cidade. Levei um susto com o preço da diária. Minha intenção era dobrar ou triplicar o salário, começando o pé de meia para investir num imóvel, queria economizar cada centavo. Desorientado, perdido na cidade, fiquei sem alternativas para dispensar o luxo do hotel no primeiro dia. O preço do pernoite com café da manhã

consumiu mais de ¾ da diária - Sala enorme, sofá, abajur, escrivaninha. Na ampla suíte, móveis luxuosos, roupas de cama e banho de primeiríssima. Não cheguei a curtir a noite de “falso príncipe”. Fechei a conta no dia seguinte, deixando a bagagem na recepção. Esperava contar com sugestão de empregados da CONEFOR, concessionária de Fortaleza a ser fiscalizada.

A direção da CONEFOR indicou o funcionário Valdir Jerônimo para acompanhar e prestar todas as informações. Valdir chefiava dois empregados (Glauco e Lucia) que faziam a troca de contas de luz por obrigações e pagavam os juros dos títulos da Eletrobrás.

Valdir e sua família são meus amigos (amigo irmão) até hoje, recebendo meu apoio cada vez que vem ao Rio ou me recebendo cada vez que eu ou minha Família vamos a Fortaleza.

Confidenciei ao Valdir que precisava de indicação de hotel mais barato. Na primeira camaradagem ele indicou o Hotel Palace, próximo da Empresa. No intervalo do almoço me mudei para o hotel indicado. O preço era ¼ do que eu recebia de diária de viagem. Incluía café, almoço e janta. No quarto uma cama com colchão de mola ultra macio, uma pia, mesa, cadeira e um velho guarda roupa. Fora do quarto, no fundo do corredor, sanitário e chuveiro comunitário, ocupado por ordem de chegada. Almocei no hotel uma comida saborosa, tendo no cardápio lagosta. Direito a uma sobremesa - fruta ou doce de coco. Uma beleza. Pra que luxo?

Os trabalhos na CONEFOR foram:

a) Fiscalização do faturamento, arrecadação e recolhimentos do Empréstimo Compulsório e Imposto Único Sobre Energia Elétrica de 1964 a junho de 1966;

b) Verificação das contas de energia elétrica trocadas por obrigações da Eletrobrás, saldo do estoque de títulos, comprovante de juros pagos e saldo de Caixa.

Foi um bom começo de trabalho durante uma semana. Não encontrei irregularidades nem no faturamento nem com a troca de obrigações. Trabalhei na semana além do horário de expediente da CONEFOR, sempre assistido pelo Valdir e sua equipe.

No sábado o Valdir me levou para conhecer um espaço numa praia distante, onde a CONEFOR pretendia construir colônia de férias. As lembranças marcantes dessa etapa foram:

- 1) A esposa do Valdir, dirigindo um jipe, invadiu uma porteira, quebrando os bambus, cancela para impedir o acesso;
- 2) Valdir levou iscas e linha para brincarmos de pescar – na primeira tentativa vieram 3 pequenos peixes, um em cada anzol da mesma linha que arremessei (não é história de pescador?);
- 3) Valdir era técnico do time de futebol de salão da CONEFOR. Aceitei o convite para assistir a um jogo amistoso. O goleiro da CONEFOR não compareceu. Como tinha comentado que era goleiro na Eletrobrás, ele pediu-me para jogar pelo time da Conefor. O jogo terminou empatado em 2 a 2, sem que eu tenha comprometido;
- 4) Ganhei do Valdir um mapa do Estado do Ceará. Ele apresentou algumas dicas para o roteiro. Era partir para o interior sem saber se haveria condução ligando as cidades. No domingo, às 11 horas, sem almoço, estava na Rodoviária de Fortaleza para embarcar num velho ônibus, iniciando a epopéia pelo interior, conhecendo a caatinga.

NOVAS TAXAS

Dirigentes e profissionais de fundações comemoram mudanças “suaves” nas metas atuariais, que vão valer apenas a partir de 2013, e ainda deixam brecha para manter 6%

Não foi tão dolorido quanto se esperava. As novas regras para a meta atuarial dos fundos de pensão, definidas nas duas últimas reuniões do Conselho Nacional de Previdência Complementar de 2012, foram mais suaves do que se previa anteriormente. Além disso, o corte de 0,25 ponto percentual ao ano começa a valer apenas para 2013, e não para o ano passado, como os dirigentes do Ministério da Previdência vinham defendendo. Além disso, outra decisão do conselho comemorada pelos dirigentes de fundos de pensão foi a possibilidade de manter a taxa de 6% ao ano para os planos de benefícios que comprovem capacidade de solvência de acordo à avaliação do passivo em relação ao estoque de ativos.

Apesar das previsões de impacto menor sobre o conjunto de fundos de pensão, a redução regressiva desde os atuais 6% ao ano mais a inflação até chegar em 4,5% em 2018 marca o início de uma nova fase para o sistema de previdência complementar, com patamares de juros ajustados ao novo momento da economia brasileira e do mercado financeiro.

Grandes fundações já tinham reduzido a taxa atuarial anteriormente, como é o caso da Previ. O Plano 1 do fundo de pensão do Banco do Brasil, que é o maior do sistema atualmente, com mais de R\$ 150 bilhões de patrimônio, já conta com taxa de 5% ao ano mais INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Outra grande fundação, a Funcef, também havia reajustado a meta atuarial de seus planos do tipo BD, denominados Reg e Replan, para 5,5% ao ano mais INPC. O mesmo ocorreu com a Petros, que reduziu a meta de seus planos BD de 6% para 5,5% no final de 2012.

Outras grandes fundações, que possuem os maiores planos de benefícios, como é o caso da Real Grandeza, Fapes e Postalis, ainda mantêm taxa atuarial de 6% ao ano. Nestes casos, o impacto do corte da meta atuarial começa a contar a partir de 2013 – quando o teto passará a 5,75% ao ano. Por outro lado, há alguns planos de benefícios que se anteciparam aos cortes da meta, e não sofreram nenhum impacto. É o caso do plano BD da Sistel, que passou a adotar taxa de juros atuarial de 3,8% ao ano a partir de agosto de 2012, uma das menores do sistema (ver matéria).

Mudanças graduais – O impacto das novas regras da meta atuarial não será tão intenso quanto se previa anteriormente. Isso porque a redução do teto da meta será realizada de forma regressiva, partindo dos atuais 6% ao ano, até chegar a 4,5% daqui a seis anos. Além disso, o CNPC decidiu não mexer na tábua atuarial, que continua a AT 83. Durante as discussões das propostas para a nova meta atuarial, os representantes do ministério chegaram a cogitar a adoção da AT 2000.

Os profissionais de atuária começam a realizar as avaliações antes do término de cada ano. Por isso, a adoção de uma nova taxa atuarial já para o ano passado obrigaria a refazer os cálculos e trabalhos em andamento. Mais importante que a postergação do início do corte do teto da meta atuarial, foi a manutenção da tábua atuarial, pois a adoção obrigatória da AT 2000 poderia gerar desequilíbrios e déficits desnecessários para uma parcela significativa dos planos de benefícios.

Outra decisão tomada na última reunião do CNPC, realizada no final da

segunda quinzena de dezembro, foi a abertura da possibilidade de manutenção da taxa de 6% ao ano para os planos que comprovarem capacidade de solvência. “O teto da meta vai caindo a partir de 2013, mas abrimos uma exceção para os fundos que conseguirem comprovar que podem manter a meta acima do teto”, diz Jaime Mariz, titular da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC). O secretário explica que ainda serão definidas as regras para que a fundação possa comprovar que o plano está aderente a uma meta superior ao limite do teto – sempre limitado a 6% ao ano.

“Se comprovar que o plano está aderente a uma meta superior, não precisa acompanhar a redução do teto”, diz Mariz. O secretário da SPPC explica que a exceção foi aberta para não criar desequilíbrios desnecessários para os planos que estão solventes com o teto atual.

Os profissionais e dirigentes do sistema, em geral, aprovaram as novas regras.

Impacto – Apesar de não ser tão grande quanto se previa antes, a redução da meta atuarial deve provocar uma série de impactos sobre os fundos de pensão. Segundo dados da Previc relativos a dezembro de 2011, 43% dos planos de benefício definido ainda mantinham taxa de 6% ao ano. Já 53% dos planos mantinham taxas de 5,5% ou 5% ao ano (ver tabela na página ao lado). Apenas 4% dos planos BD tinham taxa de 4,5% e não sofrerão nenhum impacto no cálculo das reservas.

Segundo estimativas da consultoria Gama, o aumento da reserva matemática decorrente da redução da

meta de 6% para 4,5% ao ano, é de aproximadamente 21%. Ou seja, esse é o percentual adicional que o plano deve acumular a mais de reservas para fazer frente aos benefícios futuros. Para um plano com 5,5% ao ano, a redução para 4,5% produzirá um acréscimo de 14% nas reservas matemáticas.

Da quantidade de planos BD que ainda mantinham taxa de 6% ao ano no final de 2011, uma parcela acabou reajustando a meta durante 2012, porém ainda não há dados fechados para mostrar o número. “A maioria dos planos já tinham cortada a meta atuarial antes ou durante 2012”, diz João Roberto Rodarte, diretor geral da consultoria Rodarte Nogueira. O especialista acredita que não haverá grandes problemas para que o sistema se adapte aos novos patamares das metas para os próximos anos. “Nenhum de nossos clientes fechou 2012 com taxa de 6% ao ano”, diz. Ele lembra que a adaptação à nova meta atuarial será similar ao que aconteceu quando veio a obrigatoriedade para a adoção da AT 83 – na época muitos planos ainda utilizavam a AT 49. O órgão regulador deu três anos de prazo para adaptação à nova tábua e não foi verificado um forte impacto sobre o sistema.

Isso não quer dizer que não existam casos específicos de planos que

vinham apresentando déficits e que terão maior dificuldade de adaptação. O especialista da Rodarte Nogueira calcula um impacto de 17% para os planos que terão que reduzir a meta de 6% ao ano para 4,5%. O maior problema, segundo o especialista, é que as auditorias independentes tendem a considerar o corte na meta atuarial como se fosse realizado de forma imediata. “Acredito que as auditorias passem a adotar a premissa de 4,5% ao ano já a partir do ano que vem”, diz. Ele explica que as auditorias em geral, não aceitam provisões regressivas, portanto, o reajuste de 1,5 ponto percentual já aparecerá nos balanços a partir do exercício de 2013.

O maior desafio, porém, caberá à área de investimentos das fundações, segundo o profissional. Com a redução das taxas oferecidas atualmente pelos títulos públicos federais, abaixo de 4% ao ano mais inflação, a principal dificuldade será o reinvestimento dos papéis que irão vencendo nos próximos anos. Havia uma proposta, denominada modelo de vértices, que foi apresentada pelos dirigentes do Ministério da Previdência de atrelar a meta atuarial dos planos às taxas dos títulos públicos do tipo NTN-B – indexada à inflação. “Era uma proposta que geraria uma série de outros problemas, pessoalmente tenho posição contrária”, diz Rodarte.

Mudanças nas regras de distribuição do superávit

O corte da meta atuarial será acompanhado de mudanças nas regras para a distribuição do superávit para patrocinadora e participantes de fundos de pensão. A última reunião do ano do CNPC definiu a redução da meta atuarial também para os planos que decidam realizar a distribuição do superávit. É que a Resolução 26, que regula o assunto, obrigava a redução da meta para 5% ao ano, antes da distribuição, além da adoção da AT 2000. Agora, a meta deve ficar em 1 ponto percentual abaixo do teto, que será reduzido gradualmente.

Por exemplo, em 2013 o teto da meta vai pra 5,75%, então, em caso de distribuição do excedente, o plano terá que ajustar a taxa para no máximo 4,75% ao ano. Outra mudança é que a tábua adotada terá que ser a AT 2000 suavizada em 10%, ou seja, com aumento da expectativa de vida dos participantes. “É uma regra mais conservadora para dificultar a distribuição do superávit. A intenção é evitar distribuições desnecessárias de recursos que podem vir a faltar no futuro”, explica Jaime Mariz, da SPPC.

Fonte: nº 244 da Revista
“Investidor Institucional”
Artigo: “Melhor do que se esperava”
De: Alexandre Sammogini

Aniversariantes de Janeiro e Fevereiro

Sheila Castro

Aos poucos os amigos chegam e se acomodam, trazendo no semblante o sorriso corriqueiro. Abraços dão início a bate-papos animados. Os companheiros, embalados pela música, transitam pelo salão,

enquanto saboreiam petiscos e fazem tilintar suas taças, brindando aos que aniversariam. O sorteio agita a comemoração e a alegria se espalha no ar. Descontração é o lema e a despedida é um “até mais” porque aqui, com toda a certeza, a festa sempre continua.

FELIZ ANIVERSÁRIO





Aniversariantes

Maio

1 Akeo Tanabe Jadir Fernandes A. de Oliveira Janaina Lúcia C. B. de Lara José Marques de Goes Leda de M. Uchoa do Amaral	6 Eduardo Gomes Santos Helena Gonzalez Matos Ivonne da Aparecida R. Silva Sani Gutman	14 Angela Maria M. Perrini Elcio Gomes de Azevedo Gastão Luiz de Andrade Lima	19 Nilda Goularte Reneval Ferreira
2 Antonio Santos da Silva Enio Alvarenga Gilberto de Castro G. Redondo Hemangarda M. de Lima Irenil Matos de Oliveira Jurua de Freitas Lima	7 Lucia Maria T. de Arruda Paulo Sergio Chaves Sandra Augusta Castro Lerner Valdir Pereira	14 Giovanni Romano Maria Roseline Wogel Bilheri	21 Lucia Gomes Becker Leite
3 Agenor de Jesus Lopes Amaury Martins Eduardo Luiz Pereira Baptista Elizabeth Moraes de S. Rocha Luci Armada Correia Dias Sebastião Altivo Neto	8 Martha Maria dos S. Oliveira	15 Angela Maria R. T. L. Mazza Maria Edna Santos C. de Souza Rita de Cassia L. O. de Aguiar Sonia Fernandes Lourenco	22 Carmem Lúcia P. Santos
4 Apparicio Alves do Amaral F. Gevanirde da A. Guerra Lorena Fornari de Ary Pires Luiz Fleury Wanderley Soares Maria da C. de O Pinto	9 Mauro Moreira Miriam Ferreira dos Santos Ydilva da Silva T. Oliveira	16 Francisco de Souza Dantas	23 Julio Cesar G. Trindade Mary Santos Uchoa
5 Luiz Augusto Lattari Barretto	10 Antonio de Souza Sonia Maria Toledo Martins Wallace Gomes Morgado Wilson Santa Cruz de Oliveira	17 Anselmo Noroes Gino Gerson Ferreira Pires Helenice Sampaio D. Siqueira João Alves Matias Yolanda Soares dos S. Prado	24 Ernani Carneiro Campello Tercia Pontes Lima R. Alves
	11 Maria Luiza M. T. Bastos	18 Marilene de Macedo Silva Ocilon Fernandes Sampaio Wilson de Souza	25 Urbano Frederico Pinto
	12 Paulo Roberto de Araujo	19 Geraldo Bezerra de Figueiredo José Carlos Ventura Luiz Carlos de A. Albuquerque Mauro da Silva Rocha Mauro Pinheiro de A. Souza	26 Wanda André de Sant'Anna
	13 Denilda Martins da Silva Leal Nizete Ferreira Diniz Viola Evelyn Korten Barreto		27 Jorge Teixeira de Oliveira Mauro de Carvalho Velloso Tânia Mello da Silva
			28 Edvaldo Germano P. Lopes Mauro Cesar da Rocha Sandra Rosemar da C. Silva
			29 Guilherme Zarur Maria Luiza Monteiro Affonso Vera Lucia Martins Siqueira
			30 Milton de Araujo Virginia Souza Drummond

Junho

1 Augusto Dantas Leila Maria de S. C. da Silva Manoel Francisco de Sales Maria Lucia dos Santos Araújo	9 Alberto Alves Cohen Diamantino Gomes A. Teixeira Wellington F. F. Coutinho	16 Julio Antonio Favilla Nunes Marlene Maria Beloti Abdala	25 Ademario dos Santos Dileyne Barbosa de Souza Francisco Luciano de S. Ramos Iracema Sodre Lima Norah Terezinha de F. B. Aurel
2 Jair Carlos Pinho Evangelista Marcus Cunha Rodrigues	10 Andre L. Vandemeulebroucke Delmar Del'angelo Elyethe Regina G. Marinho Marco Antonio Pachá Yunes Marlene Ribeiro Galvao Regina Conceição Tovar	17 Carlos Olyntho C. da Silva Laura Tavares de V. Brandao Marly Rodrigues de Lira	26 Cleusa Paranhos da Cruz
3 Manoel Calheiros G. de Barros Marlene de Abreu Paredes	11 Pedro Medrada Wagner	18 Aloysio Marques Pereira Luciano Benjamin Tourinho	27 Edeltrudes M. Guimarães Lina de Assis Rebelo
4 Denise Ramagem Badaro Hamilton Gondim Fabricio Nicholas Lionel Brooking Ronaldo Bello Victor Tavares da Silva	12 Antonietta C. Pessanha Antonio Francisco de Pontes Erasmus Alves de Santana Maria de Fátima M. Gomes Nelson Malizia Alves	19 Angela Maria M. de Oliveira Lidia Pinheiro dos Santos Maria Regina Oliveira Diniz Sergio Roberto F. de Mello	28 Luiz Antonio de Paula Mariem Slaib Marinela Morandini Bianchi
5 Reginete Anselmo Matheus	13 Antônia Dias Cabral Antonio Moreira Francisco Carlos Alberto M. Bezerra Maria de Lourdes X. de Araujo	20 Renato Barreto de Souza	29 Almir José dos Santos Altamir Ferreira Lima José Americano da Costa Paulo Roberto Ribeiro Pinto Ronald Ribeiro Campos
6 Paulo Coimbra Sauwen Yone Silva Alves	14 Fernando C. C. de Albuquerque Luis Carlos Gomes da Silva	21 Alberto Rodrigues de Melo José Carlos Queiroz Oliveira Rejane de Carvalho Verçoza	30 Eagle Rodrigues Vianna Elson de Almeida Carvalho Francisco Antonio R. Assunção João Carlos K. Rhem Paulo Roberto Eyer
7 Jorge Ferreira Roberto Klotz Tristao Sylvio Scarso Barcellos	14 Merineu Teixeira Duarte Miriam Rolim dos S. da Silva	22 Fernando da Silva Lopes Goncalo Loureiro das Neves Vicente Rodrigues Gomes Zilda Ferreira da C. Noronha	
8 Edegard Gomes Junior Jorge Carvalho Mario Moura Miranda Philon de Souza Carneiro Sergio Mendes de A. Tinoco Wagner Ferreira Mattos	15 Fernando Antonio Lopes Jorge Silva	23 Emma Benatti Jorge José Spinelli Filho Moris Alkables	
		24 João Carlos da Paz B. Ferraz Roberval Rubens M. Junior	

Prestação de Contas

Os Balancetes até 31/12/2012, o Acompanhamento Orçamentário do 4º Trimestre de 2012 bem como a documentação contábil pertinente estão à disposição de nossos associados para consultas e exames.

Demonstrativo Patrimonial - 4º Trimestre de 2012 (2012 - 2011)

ATIVO			PASSIVO		
	2012	2011		2012	2011
CIRCULANTE	3.930.709	3.643.816	CIRCULANTE	21.172	16.572
CAIXA E BANCOS	1.408	43.401	EXIGIBILIDADES	21.172	16.572
INVESTIMENTOS	3.917.225	3.594.458			
REALIZÁVEL	12.076	5.957			
PERMANENTE	232.960	242.757	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.142.497	3.870.001
INVESTIMENTOS	11.310	11.310	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.867.260	3.586.470
IMOBILIZADO	221.650	231.447	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	275.237	283.531
TOTAL	4.163.669	3.886.573	TOTAL	4.163.669	3.886.573

Demonstração do Resultado Comparativo 4º Trimestre (2012- 2011)

	RESUMO	
	2012	2011
1. RECEITAS	930.774	944.120
2. DESPESAS	655.537	660.589
RESULTADO DO PERÍODO	275.237	283.531

Acompanhamento Orçamentário 4º Trimestre de 2012

	RESUMO	
	Realizado	Previsto
I. INGRESSOS	930.774	935.219
RECEITA: CONTRIBUIÇÕES	588.985	606.444
FINANCEIRA	337.405	328.775
OUTRAS RECEITAS	4.384	- 0 -
II.SAÍDAS	655.537	723.180
DESPESAS	655.537	723.180
SALDO	275.237	212.039

Convênios com a Apel



DANÇA DE SALÃO

Continua em vigor o convênio com a Academia de Dança Stelinha Cardoso - Av. Mal Floriano, 42 - sobrado - Centro - Tel.: 2223-4066.

A dança estimula as funções psicomotoras, desenvolve a expressividade corporal, melhora o equilíbrio e tudo o mais.

Não dançar faz mal à saúde.

A APEL garante 50% da mensalidade.



SESI

Convênio APEL e Sesi-RJ - Saúde - Cultura - Lazer.

Desconto de 10% nas consultas médicas, nos serviços odontológicos e na área educacional.

Visite uma das unidades do Estado do Rio de Janeiro e veja outras atividades interessantes. Para isso, basta comprovar seu vínculo com a APEL.

Atualize seu endereço!

Quando a APEL sabe onde encontrar seus associados e dependentes, todos ganham em agilidade nos serviços e informações sobre seus direitos e benefícios. Por isso, mantenha os dados pessoais atualizados, principalmente seu endereço. Lique para (21)2263-2707 ou envie um e-mail para cadastro@apelonline.com.

Telefones Úteis

Eletros-Saúde	(21) 2138-6000
FABES	(21) 2179-4949
Plantão Assistencial do Fabes	(21) 9464-7255
Emergência da Vida UTI	(21) 3461-3030 0800 253 130
Clube ELETROBRÁS	(21) 2514-5356
Eletros - Geral	(21) 2179-4700
Folha de Pagamento	(21) 2179-4780
Empréstimo Financeiro	(21) 2179-4900
Seguros	(21) 2179-4775 (21) 2179-4736

Homenagem Póstuma

Homenagem Póstuma aos queridos colegas e amigos que se foram.

Paulo Augusto Borges da Costa

(10/02/1947 - 03/03/2013)

Nylson dos Santos

(16/10/1929 - 05/03/2013)

Manoel Julio Stuck Rebelo da Silva

(03/02/1944 - 09/01/2013)

Luis Couto dos Santos

(31/07/1958 - 31/01/2013)

José Luiz Pinto de Oliveira

(15/07/1947 - 10/01/2013)

Ricardo Diniz Rangel

(24/07/1960 - 24/02/2013)

José Reinaldo da Silva

(24/06/1939 - 25/12/2012)

Sebastião Antonio Pereira

(03/06/1926 - 09/12/2012)